

**RELATÓRIO DE GESTÃO
EMBAIXADA DO BRASIL JUNTO À
REPÚBLICA DE CABO VERDE
EMBAIXADOR JOÃO INÁCIO OSWALD PADILHA**

INÍCIO DA GESTÃO: 26/03/2012

DATA DO RELATÓRIO: 14/04/2016

1. INTRODUÇÃO

Cabo Verde é um jovem Estado africano. Sua independência foi conquistada, ao cabo de uma luta duradoura, há pouco mais de quarenta anos. Sua geografia é ingrata: dez ilhas salpicadas no oceano Atlântico, a 455 quilômetros da costa do Senegal. Somadas, as ilhas perfazem 4.033 Km², área menor que a do nosso Distrito Federal. No país, vivem pouco mais de 500 mil habitantes, e fora dele, mais de 800 mil cabo-verdianos espalham-se pela Europa, as Américas e outros países da África. Não é um arquipélago agraciado pelos favores da natureza: o clima é árido ou semi-árido; a água é um recurso dramaticamente escasso; não há riquezas minerais.

Apesar de tantas condições desfavoráveis, Cabo Verde é uma das histórias de sucesso na África, com indicadores sociais bastante satisfatórios e, em alguns casos, brilhantes. Seu Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é o quinto mais alto entre todos os países africanos ao sul do Saara. Entre estes, é um dos mais bem dotados em matéria de alfabetização, nível de renda per capita e expectativa de vida. É, ainda, um país essencialmente pobre, embora figure entre os de "renda média" da África subsaariana.

Cabo Verde, portanto, vai indo bem, a despeito de sua curta história como Estado independente e de seus constrangimentos geográficos, climáticos e geológicos. Mas falta dizer que é um país estável, impecavelmente democrático. Há ampla liberdade de imprensa e é o segundo país menos corrupto de toda a África, atrás apenas de Botswana. A democratização do país, com a extinção do regime de Partido único, deu-se há escassos 25 anos. Ao longo desse período, o país tem-se mantido impavidamente estável, com um sistema político que resiste, sem qualquer trauma, às alternâncias de poder - que se sucedem, neste arquipélago, com uma naturalidade e uma suavidade que não encontram paralelo na grande maioria das jovens democracias do Terceiro Mundo.

2. PANORAMA POLÍTICO

No próximo dia 22 de abril, Ulisses Correia e Silva tomará posse como Primeiro-Ministro de Cabo Verde. O Partido a que pertence, o Movimento pela Democracia (MpD), de centro-direita, retoma o controle do Governo em decorrência de sua vitória nas eleições legislativas de 20 de março de 2016. Encerram-se, assim, os quinze anos de predominância política do Partido Africano pela Independência de Cabo Verde (PAICV), de centro-esquerda, cuja história remonta aos primórdios da longa luta pela emancipação política de dois antigos territórios portugueses de ultramar - Cabo Verde e Guiné-Bissau.

As últimas eleições legislativas puseram em evidência, mais uma vez, a notável estabilidade das instituições democráticas de Cabo Verde. Pode-se mesmo dizer que, na África, dificilmente se encontrará outro país onde a alternância de poder transcorre de maneira tão escorreita. A tranquilidade que prevaleceu na campanha e no dia da votação e o clima de mútuo respeito - e até de cordialidade - entre vencidos e vencedores, tudo isso constitui motivo de admiração por parte dos observadores estrangeiros - incluído este Embaixador - que acompanharam o recente processo eleitoral.

2016 é um ano eminentemente eleitoral em Cabo Verde. As peculiaridades do calendário político local propiciaram um alinhamento, em um mesmo ano, das três eleições previstas na Constituição - as legislativas, as autárquicas (municipais) e a presidencial. As autárquicas não têm ainda data marcada, mas se espera que ocorram no mês de junho. A presidencial será em setembro, em data não posterior ao prazo de 180 dias a partir do recente pleito legislativo.

O PAICV, que já perdeu as eleições legislativas, defronta-se com a probabilidade - relativamente alta - de ser derrotado também nos demais desafios eleitorais que restam ser disputados no ano de 2016. Seus líderes, contudo, não parecem demasiadamente inquietos ante a possibilidade de um ocaso político, caso se confirme a tríplice derrota eleitoral. Prevalece o reconhecimento realista de que, após quinze anos de poder, o Partido estava à beira de um ciclo de esgotamento ou de saturação. Há um sentimento de que, uma vez na oposição, o PAICV ingressará num período de pausa que lhe pode ser benéfico. Esperam-se debates sobre revisão de estratégias, renovação de lideranças e atualização de posturas tradicionais que eventualmente estejam afastando o Partido do eleitorado jovem. Ao longo desse período de "acomodação de terreno", a elite partidária poderá ser sacudida por disputas internas cujo foco incidiria sobre a forte liderança que

vem sendo exercida, ao longo dos últimos quinze anos, pelo Primeiro-Ministro José Maria Neves.

Em qualquer análise que se faça a respeito do embate entre o PAICV e o MpD, deve-se levar em conta que a profunda diferença entre os dois não radica exatamente nas ideologias que abraçam, nos interesses que representam ou nas prioridades que os animam, mas nas circunstâncias históricas em que cada um se constituiu como Partido político. O PAICV é o Partido fundador do Estado cabo-verdiano, tendo detido o poder, nos primeiros quinze anos da história do país, por força de uma Constituição que impôs o regime de Partido único. O MpD, por seu turno, criado em 1990 na esteira da revisão constitucional que extinguiu o regime de Partido único, venceu as primeiras eleições legislativas ocorridas no país, em 1991, arrebatou o poder e se tornou, assim, um símbolo da fase democrática que acabava de ser inaugurada.

O PAICV, como se sabe, é a versão cabo-verdiana do mítico PAIGC (Partido Africano pela Independência da Guiné e Cabo Verde), criado em 1956 sob a liderança de Amílcar Cabral, o estrategista que desenhou e implementou a doutrina ideológica, política e militar da qual resultou a independência da Guiné-Bissau, em 1973, e de Cabo Verde, em 1975. Em tempos democráticos, o PAICV soube compreender plenamente as lições advindas dos dez longos anos (1991-2001) em que se viu alijado do poder. Ao reconquistar o Governo, o Partido soube modernizar-se e, para usar um termo muito em voga em sua propaganda política, soube "transformar" o país em várias aspectos de grande importância, nas áreas de infra-estrutura e de políticas públicas.

Quanto ao MpD, o Partido neste momento se prepara para assumir o Governo após longa experiência oposicionista, que fatalmente terá contribuído para o seu amadurecimento. Hoje, seus líderes parecem orientados por um realismo político que nem sempre esteve presente nos primeiros anos de sua história. Pode-se dizer que o MpD está um pouco mudado, em comparação com o que era na década de 90. Na legislatura que se inaugurará em breve, a equipe que governará o país não se deixará fascinar, com a mesma credulidade, ante a onda neoliberal que empolgava o Partido em sua primeira experiência governativa, entre 1991 e 2001. E o Partido parece aberto para explorar possibilidades de implementação de políticas sociais ousadas - apropriando- se, assim, de uma agenda que antes parecia privativa da centro-esquerda. No plano internacional, seria razoável prever uma política externa que, embora continue a alimentar grandes expectativas com respeito ao Primeiro Mundo, encontrará espaços para a expansão de iniciativas na África, especialmente com vista a esquemas de

integração no âmbito da Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO).

3. PANORAMA ECONÔMICO

Durante séculos, o arquipélago cabo-verdiano beneficiou-se ao máximo de sua vocação natural como centro de apoio logístico. A localização privilegiada no oceano Atlântico foi importantíssima para a navegação marítima (Pedro Álvares Cabral, para citar o mais ilustre dos exemplos, escalou Cabo Verde em sua viagem ao Brasil). Mais tarde, o porto do Mindelo, na ilha de São Vicente, tornou-se um destacado centro de fornecimento de carvão para navios a vapor. O país serviu também como local de pouso de aeronaves que não dispunham de autonomia para voos transatlânticos. Essa vocação logística foi, durante muito anos, a principal fonte de receita do país.

Hoje, a economia cabo-verdiana sustenta-se graças a outras atividades - a mais importante das quais, o turismo, que no período de 2004 a 2008 foi o principal motor da economia, graças ao significativo aumento de investimentos estrangeiros diretos nesse setor (apenas em 2008, o volume de IED em Cabo Verde chegou a 143 milhões de Euros). Naquele período, a economia cabo-verdiana, embalada pelo dinamismo do turismo, teve um dos melhores desempenhos na África, antes de experimentar uma queda significativa em 2009, em consequência da crise financeira global.

O crescimento real manteve-se estável em torno de 7% ao ano, com inflação relativamente baixa (3%) - exceto em 2008, quando atingiu o pico de 6,8% em razão da crise financeira. Essa fase crítica revelou a alta vulnerabilidade da economia de Cabo Verde aos choques externos, como o demonstra o fato de, em 2009, os investimentos estrangeiros diretos terem caído para 86 milhões de Euros - quase a metade do volume registrado no ano anterior. Em consequência, o crescimento econômico em 2009 foi de 3,6%. Em 2011, a economia recuperou-se e cresceu 4% - patamar que, no corrente ano de 2016, poderá ser repetido ou ultrapassado.

Em dezembro de 2007, Cabo Verde deixou de figurar na Lista de Países Menos Desenvolvidos das Nações Unidas (LDC, na sigla em inglês), passando a ser classificado como País de Renda Média. Isto não foi exatamente uma boa notícia, pois a elevação do status implicou na perda de benefícios creditícios reservados aos LDCs. Durante os cinco anos de transição de um status a outro, o Governo fez um gigantesco esforço para assenhorear-se de todos os créditos concessionais que pudesse arrancar dos credores habituais, com vista ao desenvolvimento de sua infra-estrutura. O

resultado desse esforço é visível na qualidade das estradas asfaltadas, no melhoramento dos portos e aeroporto, na proliferação de barragens e (mais modestamente) na construção de casas populares. Ocorre que esse ambicioso programa de investimento público tem um preço caro, por aumentar a dependência do país ao financiamento externo e por ter um conteúdo elevado de importação. O alto nível de endividamento tem sido a causa de persistentes déficits orçamentários a dois dígitos, e a dívida pública, atualmente calculada em 114% do PIB, tem uma previsão de 120% em 2017. A médio prazo, prevê-se crescimento moderado. Isto, partindo da premissa de uma economia mais forte na Europa, principal parceiro comercial de Cabo Verde e também a principal fonte de investimento estrangeiro direto.

A estratégia de desenvolvimento econômico de Cabo Verde, tal como traçada pelo Governo do Primeiro-Ministro José Maria Neves, está desenhada em torno de dois vetores: a conformação de 'clusters' econômicos e a exploração da vocação do país como 'hub' de produtos e serviços. A diretriz do Governo cabo-verdiano de fomentar a organização de 'clusters' sustenta-se nos avanços verificados no país em termos de infra-estrutura. Os investimentos já efetuados pelo Estado em áreas estratégicas da economia - estradas, portos, aeroportos e barragens - favoreceriam a concentração de investimentos em 'clusters' considerados atualmente prioritários pelas autoridades locais, quais sejam: aeronegócio, indústria marítima, turismo, mercado financeiro e tecnologias da informação e comunicações. Mas a pequenez do mercado cabo-verdiano não ajuda em nada. Nessa perspectiva, a conformação dos 'clusters' supõe a transformação do arquipélago em `hub` projetado para grandes mercados como os da África Ocidental, da Europa e dos EUA. É o acesso a esses grandes mercados, facilitado por acordos tarifários preferenciais, que se deve ter em mente na estratégia atual preconizada pelo país.

4. POLITICA EXTERNA

Cabo Verde tem uma projeção diplomática bastante modesta, por motivos que vão desde a relativa desimportância do seu mercado interno até a insuficiência administrativa da Chancelaria local e da reduzidíssima rede de Missões diplomáticas cabo-verdianas existentes no mundo. Em função desses óbices, a política externa do país tende a ser passiva, apesar de se registrarem, pontualmente, alguns picos de proatividade.

Nos quatro anos de minha gestão à frente da Embaixada, pude verificar que a passividade habitual da diplomacia cabo-verdiana foi abalada de forma particularmente intensa nos momentos agudos da crise crônica na Guiné-

Bissau - país umbilicalmente ligado a Cabo Verde por laços históricos que, sob a égide de Amílcar Cabral, remontam à criação do PAIGC e à formação de tropas integradas por cabo-verdianos e guineenses, na guerra de guerrilha travada contra as forças portuguesas coloniais. Logo após o golpe de Estado de abril de 2012 na Guiné-Bissau - ocorrido, coincidentemente, alguns dias antes de minha assunção no Posto - pude perceber a inquietação que pairava na Chancelaria local diante do Governo `de facto` que se instalou em Bissau. Por conta de profundos ressentimentos históricos, as novas autoridades guineenses passaram a praticar uma retórica abertamente hostil a Cabo Verde. As relações bilaterais foram congeladas durante todo o tempo de vigência do autodenominado "Governo de transição" na Guiné-Bissau, e a diplomacia cabo-verdiana só voltaria a abraçar o país-irmão após a realização das eleições livres de 2014 - das quais resultou a investidura de Domingos Simões Pereira como Primeiro-Ministro, em julho daquele ano. O reencontro entre Cabo Verde e a Guiné-Bissau, a partir desse momento, foi caloroso, com constantes gestos de fraternidade e compromissos mútuos de cooperação em diversos domínios. A lua-de-mel não durou muito tempo: em agosto de 2015, Simões Pereira foi demitido pelo Presidente da República, o que afundou a Guiné-Bissau em nova crise. Desde então, as relações entre Cabo Verde e o antigo parceiro da luta de libertação voltaram ao estado de dormência habitual.

No (breve) capítulo das proatividades diplomáticas de Cabo Verde, podem-se incluir, além da questão da Guiné-Bissau, alguns outros `dossiers`, como, por exemplo, a empenhada participação cabo-verdiana na formação da organização conhecida como Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento (SIDS, na sigla em inglês), que tem chegado a exercer influência ponderável em alguns foros multilaterais, particularmente na Rio+20 e na COP21. Inscreve-se também, no mesmo inventário de proatividades, o trabalho diplomático de Cabo Verde no relançamento dos PALOP (Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa), o velho agrupamento que, nos tempos da luta de libertação contra o colonizador comum, estruturou-se em torno da solidariedade e mostrou uma coesão que, no transcorrer do tempo, acabaria por esgarçar-se, mercê de novas dinâmicas regionais e internacionais.

Ainda na senda das proatividades diplomáticas de Cabo Verde, cabe uma menção muito especial à decisão cabo-verdiana de postular a presidência da Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS). [Este tema será tratado mais adiante.]

Com respeito à África, a diplomacia cabo-verdiana move-se eminentemente em torno da CEDEAO, da qual é membro-fundador. Deve-se salientar,

contudo, que a atuação cabo-verdiana nessa organização é reduzida, por dois motivos: em primeiro lugar, em razão do tamanho da economia de Cabo Verde e da reduzida projeção de sua influência política internacional, em comparação com "pesos-pesados" como Nigéria, Senegal, Gana e outros Estados-membros da mesma Comunidade; em segundo lugar, o fato de Cabo Verde estar no meio de um oceano, geograficamente inalcançável, portanto, pelos projetos de integração física da CEDEAO, que tipicamente se desenvolvem com base na contiguidade territorial entre os países-membros. De qualquer maneira, é interessante notar que neste momento Cabo Verde ocupa a titularidade da Comissão da CEDEAO encarregada de telecomunicações e tecnologia da informação - ou seja, o único setor que prescinde de contiguidade territorial, no âmbito geral dos projetos de integração regional.

Entre os parceiros de Cabo Verde que pertencem ao Primeiro Mundo, avultam dois grandes atores: a União Europeia e os Estados Unidos, com os quais Praia mantém relações especiais graças a mecanismos de cooperação minutados em Bruxelas e Washington.

As relações entre a União Europeia e Cabo Verde estão enquadradas pelo Acordo de Cotonou de 2000 e complementadas pela instauração de uma "Parceria Especial UE/Cabo Verde", que se destina à facilitação do diálogo entre as duas partes e à promoção do dinamismo das relações em todos os domínios. Além disso, a cooperação UE-Cabo Verde tem como pilar o Fundo Europeu de Desenvolvimento, principal fonte europeia para o apoio à assistência técnica e financeira prestada ao arquipélago. No caso de Cabo Verde, aproximadamente 86% do montante disponibilizado por esse mecanismo estão canalizados para a ajuda orçamentária em projetos de redução da pobreza e crescimento econômico sustentável. O resto do portfolio está dedicado ao setor de água e saneamento, entre outras áreas.

Com respeito aos EUA, o motor das relações entre esse país e Cabo Verde é o mecanismo conhecido como Millennium Challenge Account. Trata-se de um programa do Governo norte-americano que se destina a combater a pobreza mundial. Na análise dos pedidos de apoio financeiro no âmbito desse instrumento de ajuda internacional, Washington exige o cumprimento rigoroso de critérios de boa governação, democracia e transparência. Trata-se, grosso modo, de uma recompensa dos EUA aos países que, de acordo com seus critérios, demonstram compromisso com o Estado de Direito, adotam medidas anti-corrupção, promovem os direitos humanos, investem em educação e saúde e praticam políticas de liberação econômica e comercial. Cabo Verde é um dos pouquíssimos países já contemplados não por um, mas por dois `compacts` do Millennium Challenge Account, o que

inequivocamente atesta o prestígio do arquipélago, junto ao Governo norte-americano.

Sobre a atuação de Cabo Verde na Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), cabe dizer que se trata de membro interessado nos diversos projetos que ali são discutidos e implementados. A organização já foi dirigida por um Secretário Executivo cabo-verdiano, o Embaixador Luís Fonseca, a quem coube a incumbência de lidar com problemas particularmente delicados, como a espinhosa crise militar na Guiné-Bissau em 2004.

A cidade de Praia abriga a sede do Instituto Internacional da Língua Portuguesa (IILP), generalizadamente vista como embrião da CPLP.

5. DEFESA E SEGURANÇA

Cabo Verde tem valorizado o conceito de "Atlântico Médio", no centro do qual procura situar-se como placa giratória projetada simultaneamente para as faixas setentrional e meridional do oceano Atlântico. O caráter híbrido desse conceito geopolítico supõe que o país está pronto para forjar alianças tanto com parceiros do Primeiro Mundo quanto com grandes países do Sul - muito especialmente, Brasil e Angola. Ao projetar-se aos dois hemisférios do planeta, Cabo Verde assume, por vocação, uma função de enlace entre as prioridades que orientam as agendas da OTAN e do AFRICOM (United States Africa Command), por um lado, e da ZOPACAS, por outro.

Trata-se de estratégia que visa, entre outros objetivos, garantir uma inserção competitiva de Cabo Verde na CEDEAO. Nesse particular, o arquipélago busca apresentar-se perante os demais países-membros dessa organização como um parceiro relevante, dotado de um forte perfil geoestratégico que se expande e se magnifica na medida em que atrai a atenção de potências atlânticas tão variadas quanto os EUA, a Europa e os dois grandes países lusófonos acima mencionados.

Os cabo-verdianos percebem, no Brasil e em Angola, um eixo importante que tende a condicionar profundamente os rumos que a ZOPACAS tomará no futuro. A aliança de Cabo Verde com esses parceiros do Atlântico Sul poderia ensejar o aumento relativo do peso político do arquipélago perante outros países-membros da CEDEAO. Nessa perspectiva, a existência de um triângulo ABC (Angola, Brasil, Cabo Verde) em muito contribuiria para que Cabo Verde conseguisse promover o que, nas palavras do seu Primeiro-Ministro, seria uma "inserção competitiva" na CEDEAO - ou seja, uma

inserção menos sufocada pela supremacia de alguns dos seus pares no referido agrupamento sub-regional.

Além de "Atlântico Médio", a ideia de "Segurança Cooperativa" é outro conceito caro a Cabo Verde, sobretudo quando incide sobre o seu mar territorial. Neste país cuja plataforma continental corresponde a 185 vezes o tamanho do seu território terrestre, a estratégia da cooperação militar internacional é um imperativo de segurança nacional. O mar cabo-verdiano é visualizado como um espaço onde se dará o encontro de diversas esquadras nacionais em torno de um objetivo comum: o estabelecimento de parcerias com vista à "manutenção da lei e da ordem no espaço marítimo de forma a conter ou neutralizar as múltiplas e complexas ameaças contemporâneas, especificamente as oriundas de atores não estatais que se sobrepõem aos conflitos clássicos que opõem Estados" (Manuel Amante da Rosa).

6. RELAÇOES BRASIL-CABO VERDE

6.1. INTRODUÇÃO

Historicamente, Cabo Verde sempre se percebeu atrelado, de alguma maneira, ao Brasil. Esse sentimento tomou corpo, particularmente, por ocasião da independência brasileira, que fez aflorar, em nacionalistas cabo-verdianos, uma embrionária ideia de separação de Portugal. Em 1823, registrou-se, com efeito, um movimento político cabo-verdiano cujo objetivo era a anexação da ilha de Santiago ao Brasil. A malograda anexação viria a revelar a intrínseca brasiliade presente no espírito cabo-verdiano daquela época. Nascia a utopia de um "Cabo Verde brasílico" -termo cunhado pelo historiador António Correia e Silva - que viria a polinizar, em seu jeito espontâneo, difuso e desorganizado, uma afeição genuína que passou a prevalecer entre os povos dos dois países - afeição que desafia os tempos, sobrevive aos ciclos históricos e se fortalece cada vez mais.

Hoje, as relações Brasil-Cabo Verde não poderiam ser mais estreitas, graças às afinidades culturais e linguísticas, aos estudantes cabo-verdianos que se formam no Brasil, à participação da cooperação brasileira na estruturação do Estado cabo-verdiano, à existência da CPLP, aos interesses comuns em diversos temas de política externa e aos sucessivos gestos diplomáticos trocados entre os dois lados. Entre estes últimos, merecem menção especial duas visitas oficiais que tive o privilégio de acompanhar, durante o tempo de minha gestão: a do então Ministro das Relações Exteriores, Jorge Borges, ao Brasil, em outubro de 2012, e a do Ministro Mauro Vieira a Cabo Verde, em setembro de 2015. Além dessa movimentação de Chanceleres, houve troca de visitas dos respectivos Ministros de Defesa durante o período de minha

gestão. Do lado de Cabo Verde, os Ministros Jorge Tolentino e Rui Semedo foram ao Brasil, respectivamente em março de 2012 e em março de 2015; e do lado brasileiro, o Ministro Celso Amorim, então titular da Pasta da Defesa, visitou o arquipélago em novembro de 2013.

6.2. CULTURA

Durante quatro séculos, as afinidades entre o Brasil e Cabo Verde foram lentamente cultivadas, à espera de alguns impulsos culturais que lhes dessem forma e voz. Isso ocorreu particularmente a partir dos anos 20 do século XX, quando um movimento de escritores cabo-verdianos, conhecido como Claridade, descobriu, no Brasil, uma literatura que, à diferença da produzida em Portugal - fonte do padrão literário da época - sabia recriar cenários agrestes, tais como os existentes em Cabo Verde, e narrativas sobre problemáticas sociais que em tudo se assemelhavam às que afligiam o arquipélago.

Mais ou menos na mesma época, navios da marinha mercante brasileira desembarcavam no porto da cidade de Mindelo, na ilha de São Vicente, marujos que espalhavam, pelas praças e cantinas, a música popular que estava em moda no Brasil. O intercâmbio que resultou desses encontros boêmios deu origem ao que hoje se pode considerar o principal produto de exportação de Cabo Verde: a música. Pode-se dizer que, a partir daquele primeiro influxo brasileiro, o ambiente musical cabo-verdiano tornou-se um dos mais prolíficos e vibrantes da África, com consequências econômicas nada desprezíveis para um país pequeno como este.

O encontro cultural entre o Brasil e Cabo Verde é um fenômeno que não pode passar despercebido ao diplomata brasileiro encarregado de interagir com interlocutores cabo-verdianos. A cultura é a chave que abrirá as portas para o seu diálogo com a sociedade local.

Nesse particular, o Brasil está bem servido em Cabo Verde, não apenas em função da natural predisposição do público local para consumir a produção cultural brasileira, como também pelo fato de a nossa Embaixada em Praia dispor de um Centro Cultural que tem sido, ao longo dos seus poucos anos de existência, um dos mais ativos espaços desse tipo em todo o país. Oferecendo espetáculos e sessões de cinema, promovendo iniciativas de cunho social e humanitário, mantendo cursos diversos para todas as idades e, sobretudo, atuando como referência principal da difusão da cultura brasileira em Cabo Verde, o Centro Cultural Brasil-Cabo Verde (CCBCV) tem expandido sua área de atuação para muito além dos seus muros. A manutenção dessa instituição constitui-se um imperativo incontornável.

A Embaixada tem dado o máximo de apoio possível aos músicos brasileiros que comparecem, anualmente, ao Kriol Jazz Festival. Nos últimos anos, esse evento, que se inscreve, mundialmente, entre um dos mais importantes do gênero, atraiu intérpretes brasileiros como Lenine, Jacques Morelenbaum, Yamandu Costa, Céu e Leo Gandelman.

6.3. EDUCAÇÃO

Para além da cultura, o Brasil está firmemente presente em Cabo Verde por meio da cooperação educacional. Para se ter uma ideia da importância desse tema na agenda das relações bilaterais, bastam os seguintes números: entre 2000 e 2015, 6.761 estudantes de 19 países africanos matricularam-se em cursos de graduação universitária no Brasil, no âmbito do chamado Programa Estudante-Convênio; destes, 2.933 eram cabo-verdianos, ou seja, mais de 43% do total. Os números também impressionam no universo dos estudantes de pós-graduação: entre 2000 e 2013, 465 estudantes de 14 países africanos foram selecionados para cursos em instituições de ensino superior no Brasil. Destes, 125 eram cabo-verdianos.

Deve-se atentar para a importância inerente ao papel do Brasil como formador da elite cabo-verdiana. É bastante expressivo o número de autoridades e influentes formadores de opinião que tiveram positivas experiências universitárias no Brasil. O caso mais ilustrativo (e ilustre) é o Primeiro-Ministro José Maria Neves, que nos anos 80 foi aluno de Administração Pública da Fundação Getúlio Vargas em São Paulo. Segundo depoimento dele próprio, o tempo em que permaneceu no Brasil como estudante foi fundamental não apenas para a sua formação profissional, mas também para a sua projeção como político. Não se trata de testemunho insignificante para quem se tornou o homem público mais proeminente de Cabo Verde nos últimos quinze anos.

A cooperação educacional entre os dois países não está circunscrita ao envio de estudantes cabo-verdianos para o Brasil. Algumas das mais profundas transformações do sistema educacional cabo-verdiano foram impulsionadas por instituições brasileiras. É o caso, por exemplo, da Universidade de Cabo Verde (UniCV), criada em 2006 na esteira de um projeto de cooperação bilateral iniciado em 2004, que mobilizou três Ministérios brasileiros - da Educação, da Ciência e Tecnologia e das Relações Exteriores - além do CNPq, da CAPES, de Universidades federais e do Governo do Estado do Ceará.

No tempo de minha gestão à frente da Embaixada em Praia, vi florescer vários outros programas de cooperação educacional, entre os quais o Programa de Incentivo à Formação Científica, o Programa Pró-Mobilidade Internacional, o Programa de Pós-Graduação em Ciência para o Desenvolvimento, o Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência e diversas ações de cooperação direta entre diferentes Universidades brasileiras e a UniCV.

Um programa de cooperação educacional brasileira merece menção especial. Refiro-me ao importante projeto coordenado pela Agência Brasileira de Cooperação (ABC) que vem sendo desenvolvido em Cabo Verde pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais "Anísio Teixeira" (INEP), voltado para a criação de um sistema de avaliação do ensino superior cabo-verdiano - ferramenta indispensável para a execução de políticas de ordenamento, regulamentação e fiscalização das Universidades do país, públicas ou privadas.

6.4. COOPERAÇÃO TÉCNICA

Muito mais do que seria razoável imaginar, a cooperação técnica brasileira tem, historicamente, um lugar de grande importância nos 40 anos de construção e afirmação do Estado cabo-verdiano. Para ilustrar o papel central que alguns projetos brasileiros puderam desempenhar em Cabo Verde, recuemos ao ano de 1983, quando o estudante José Maria Neves, então aluno da FGV/SP e futuro Primeiro-Ministro, trabalhou como estagiário na Fundação do Desenvolvimento Administrativo (FUNDAP) de São Paulo. Dessa experiência estudantil, germinaria um projeto capitaneado pela referida instituição brasileira, que viria a fornecer as bases da conformação da administração pública de Cabo Verde, cujas linhas mestras permanecem intactas ainda hoje.

Esse exemplo da FUNDAP suscita uma observação particular a respeito da função estruturante, integral e envolvente que muitos dos projetos de cooperação técnica brasileira têm desempenhado junto a um sem-número de instituições do Estado cabo-verdiano. Ao longo de 40 anos, diversos órgãos públicos de Cabo Verde conseguiram firmar-se institucionalmente graças ao apoio recebido do Brasil. Não se trata de um fenômeno confinado ao passado. Pelo contrário, diversos projetos em andamento, coordenados pela ABC, apresentam a mesma característica.

É o caso, tipicamente, do intenso programa de cooperação que vem sendo prestado pelo Banco Central do Brasil à sua congênere cabo-verdiana (Banco de Cabo Verde). Trata-se, aqui, de uma atividade que revolve as estruturas

de absolutamente todos os setores da referida instituição cabo-verdiana, com vista à modernização de suas atividades e à adoção de metodologias condizentes com as reais necessidades do país.

A Agência de Regulação e Supervisão dos Produtos Farmacêuticos e Alimentares de Cabo Verde (ARFA) passa por processo parecido, graças ao estreito vínculo que foi estabelecido, desde o seu nascedouro institucional, com a ANVISA.

Igualmente estruturante foi a cooperação prestada pela Caixa Econômica Federal ao Governo cabo-verdiano com vista ao estabelecimento, neste país, de um programa denominado "Casa para Todos", cujo desenho é praticamente idêntico ao "Minha Casa Minha Vida".

Fenômeno semelhante ocorreu com o Instituto Nacional de Estatística de Cabo Verde (INE), que deve ao IBGE muito de sua boa reputação internacional.

Na mesma linha, o sistema de formação profissional de Cabo Verde é, em larga medida, tributário da extensa cooperação recebida do SENAI/Ceará, que montou na capital do arquipélago um centro que constitui referência para todo o país. O projeto foi entregue à administração direta do Governo cabo-verdiano há cerca de cinco anos, mas desde então o SENAI tem sido consistentemente sondado para vários trabalhos de consultoria em Cabo Verde. É o caso, por exemplo, do SENAI/Paraná, que foi contratado pela cooperação luxemburguesa para desenvolver um projeto de formação profissional.

Vários outros casos de cooperação técnica estruturante poderiam ser mencionados aqui, nas áreas da agricultura, da saúde, da tecnologia de informação e tantas outras. Caberia, para cada um desses projetos, a mesma pergunta: por que a cooperação brasileira é tão fecunda em Cabo Verde?

Do lado do Brasil, a resposta pode ser encontrada não apenas na qualidade da cooperação, mas também no 'estilo' com que é prestada. O Brasil tem sido percebido, em Cabo Verde, como provedor ideal de cooperação técnica. Isto se deve a uma virtuosa conjuminação de fatores, entre os quais destaco: a natural predisposição dos técnicos brasileiros de trabalhar lado a lado - e não de cima para baixo - com os colegas cabo-verdianos; a identidade linguística; a presunção de que não existem problemas cabo-verdianos para os quais não existam soluções brasileiras; a ampla base de confiança que prevalece no relacionamento entre instituições do Brasil e de Cabo Verde.

Do lado de Cabo Verde, deve-se sublinhar que os excelentes resultados da cooperação brasileira não seriam possíveis caso os quadros profissionais cabo-verdianos não fossem dotados de elevada capacidade de absorção dos conhecimentos que lhes são transmitidos, e se as instituições locais não estivessem adequadamente estruturadas e comprometidas para extrair o máximo de benefício da assistência recebida.

Essa ordem de considerações convida a que se examine a possibilidade de este arquipélago funcionar como plataforma de testes da cooperação técnica brasileira na África. Pode-se imaginar um cenário no qual Cabo Verde funcionaria como país-piloto com vista à replicação, no restante da África, e mesmo fora da África, de ações bem sucedidas da cooperação técnica brasileira. Tenho em mente, por exemplo, o caso de um projeto da FIOCRUZ, com coordenação da ABC, de instalação de um banco de leite humano na maternidade do Hospital Agostinho Neto, na cidade de Praia. Inaugurado há cerca de quatro anos, o projeto propiciou uma dramática redução na taxa de mortalidade de recém-nascidos naquela maternidade. A propósito, deve-se registrar que a FIOCRUZ, antes de iniciar essa cooperação em Cabo Verde, percorreu outros hospitais em diferentes países da África, não encontrando em nenhum deles as condições técnicas, profissionais e higiênicas necessárias para abrigar e administrar um banco de leite humano. Dos estabelecimentos vistoriados, o Agostinho Neto foi o único que satisfez às exigências da instituição brasileira.

A qualidade da cooperação técnica brasileira em Cabo Verde é amplamente reconhecida no arquipélago. Prova disso foi a surpreendente iniciativa do Primeiro-Ministro José Maria Neves de propor que a OCDE participe, como fonte financiadora, de projetos de cooperação trilateral envolvendo o Brasil e Cabo Verde. A proposta foi apresentada no decorrer de uma reunião de Neves com a cúpula da OCDE, que teve lugar na sede da organização, em Paris, no último mês de fevereiro. Os temas a serem contemplados nesse possível esquema de cooperação trilateral estão sendo objeto de discussão entre a OCDE e a Embaixada do Brasil em Paris. A Embaixada em Praia ofereceu sugestões com vista ao aprofundamento da discussão sobre esta matéria, junto ao Governo cabo-verdiano.

Além do Primeiro-Ministro, outros atores, como o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), têm estado atentos à qualidade da cooperação brasileira em Cabo Verde. O escritório da referida agência da ONU nesta capital tem estado em permanente contato com a Embaixada do Brasil com vista à identificação de oportunidades de cooperação envolvendo instituições brasileiras de excelência. Graças a essa relação privilegiada, o PNUD já financiou três projetos de grande interesse para Cabo Verde. O

primeiro foi executado pela ONG brasileira AfroReggae, que desenvolveu em três comunidades carentes de Praia uma série de iniciativas sociais, culturais e recreativas destinadas a manter crianças e adolescentes longe das ruas e afastadas do tráfico de drogas e outras influências criminosas. O segundo, a cargo da FUNDAP (a mesma FUNDAP a que faço menção acima), destina-se à capacitação de gestores públicos na concepção, monitoramento e avaliação de políticas públicas, além de outras áreas identificadas pontualmente durante as sucessivas missões de representantes da referida instituição paulista.

O terceiro projeto financiado pelo PNUD, nesse mesmo contexto, esteve a cargo do IPEA. Seu objetivo foi desenhar um programa de transferência de renda para Cabo Verde nos moldes do Bolsa-Família. Um alentado estudo sobre esse tema, elaborado pelo referido instituto brasileiro, foi entregue ao Governo cabo-verdiano e está à espera de que se reúnam as condições necessárias para a sua implementação. A propósito, conversei longamente sobre esse assunto com o futuro Primeiro-Ministro de Cabo Verde, Ulisses Correia e Silva, que se mostrou francamente entusiasmado com a possibilidade de incluir um programa social dessa magnitude em sua agenda governativa. A seu pedido, contatei a ABC e o IPEA, com vista a que se organize uma missão brasileira para reuniões com a nova equipe governamental, que assumirá funções no próximo dia 22 de abril.

Ainda no capítulo da cooperação técnica, acrescento que, durante minha gestão, tive o prazer de participar da entrega de um projeto financiado pelo Fundo IBAS (Índia, Brasil, África do Sul) em Cabo Verde. Refiro-me a uma usina de dessalinização de água na ilha de São Nicolau, inaugurado em março de 2015 em ato presidido pelo Primeiro-Ministro José Maria Neves. A ocasião serviu como vitrine dos métodos e propósitos da cooperação Sul-Sul.

6.5 DEFESA

No segundo semestre de 2013, foi aberta em Cabo Verde uma Missão Naval brasileira. Poucos meses depois, foi anunciada a instalação neste país da Adidâncio de Defesa, Naval, do Exército e Aeronáutica do Brasil. Em consequência disso, a referida Missão Naval, inicialmente instalada em Praia, foi transferida para a cidade do Mindelo, na ilha de São Vicente. Esses três momentos, que se sucederam em tão curto espaço de tempo, traduzem à perfeição a importância, na pauta bilateral, da cooperação em matéria de defesa e segurança.

O expressivo avanço dessa cooperação teve início há pouco mais de quatro anos, graças aos entendimentos que começaram a proliferar aceleradamente, alavancados pela troca de visitas oficiais entre Ministros da Defesa dos dois países (os Ministros Jorge Tolentino e Rui Semedo, de Cabo Verde, visitaram o Brasil, respectivamente, em março de 2012 e março de 2015; o Ministro Celso Amorim visitou Cabo Verde em novembro de 2013). Além dessas altas autoridades civis, chefes militares de ambos os lados engajaram-se em contatos bastante fecundos. Destaco, nesse particular, a visita de trabalho a Cabo Verde do então Comandante da Marinha, Almirante de Esquadra Júlio Soares de Moura Neto, em fevereiro de 2012.

O diálogo bilateral em matéria de defesa e segurança tem como marco o Acordo sobre Cooperação Técnica no Domínio Militar, firmado em 21 de dezembro de 1994. Com a criação da Adidança, tem-se registrado um aumento considerável da cooperação na área da formação de pessoal militar. Além disso, desenvolve-se uma densa agenda de ações com vista à promoção da modernização e profissionalização das Forças Armadas cabo-verdianas, treinamento em patrulha naval e aérea, perspectivas de mapeamento e preservação dos recursos marinhos, doação de uniformes militares e equipamento para manutenção da ordem pública, etc.

O significativo aumento da cooperação bilateral nos domínios da defesa e da segurança terá estimulado Cabo Verde a elevar o nível de seu engajamento no âmbito da Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS), importante foro de concertação política criado por impulso da diplomacia brasileira, cuja revitalização foi prenunciada na reunião ministerial de janeiro de 2013, em Montevidéu. Durante o referido encontro no Uruguai, o então Ministro da Defesa de Cabo Verde, Jorge Tolentino, apresentou a candidatura de seu país à presidência da ZOPACAS, moção essa que foi objeto de aclamação por parte dos demais Estados-membros. A próxima reunião ministerial desse agrupamento, inicialmente prevista para 2015, ocorrerá em território cabo-verdiano em data ainda não definida.

6.6. CONEXÕES AÉREAS E MARÍTIMAS

A empresa aérea estatal Transportes Aéreos de Cabo Verde (TACV), que há mais de dez anos operava voos para Fortaleza, passou a incluir, a partir de 2015, dois novos destinos brasileiros: Recife e Natal. Ao dar esse passo, a companhia pretendia cumprir o que julgava ser uma vocação natural de Cabo Verde: a sua afirmação como 'hub' aéreo, com foco em passageiros vindos da América do Sul com destino à Europa que, atraídos por preços competitivos da TACV, preferissem escalar os aeroportos do Sal ou de Praia, em suas viagens rumo a capitais europeias. A estratégia inspirava-se na

Icelandair, a companhia islandesa que explora o mercado das conexões entre o continente europeu e a América do Norte, e também na panamenha Copa Airlines. A TACV procurava também atrair turistas que permanecessem por algum tempo no arquipélago, numa pausa de lazer antes de prosseguirem a viagem à Europa. Esses ambiciosos esquemas imaginados pela companhia encontram-se, contudo, seriamente ameaçados por uma situação de virtual colapso operacional da empresa.

No que respeita ao transporte marítimo, o destaque deve ser dado a um projeto iniciado em 2011, de estabelecimento de uma rota marítima direta entre o Estado do Ceará e Cabo Verde. O empreendimento, que tem à frente um empresário cearense, amadureceu ao longo dos últimos anos, chegou a ganhar algum impulso graças à adesão de empresários daquela Unidade da Federação, mas, por fatores de diversa ordem, ainda não conseguiu firmar-se. Caso se concretize, a rota marítima abrirá auspiciosas perspectivas comerciais entre os dois países, com reflexos no aumento das exportações brasileiros nos mercados dos países da CEDEAO.

6.7. INVESTIMENTOS BRASILEIROS EM CABO VERDE

A modéstia do mercado cabo-verdiano não tem encorajado empresas brasileiras a investirem no arquipélago. Não obstante, há uma forte perspectiva, na atualidade, de negócios a serem realizados por empresários pernambucanos, na esteira da expressiva aproximação que vem ocorrendo entre o Estado de Pernambuco e Cabo Verde, com ativo encorajamento desta Embaixada. Trata-se de tendência iniciada em 2013, quando se organizou, com ativo envolvimento da Embaixada, uma missão capitaneada pela Agência de Desenvolvimento de Pernambuco (ADDIPER). Desde então, os contatos têm fluído de maneira bastante promissora, com constantes e promissoras missões trocadas por ambos os lados.

No presente compasso de espera, os investimentos brasileiros estão circunscritos a um empreendimento voltado ao armazenamento e comercialização de grãos, com a utilização de modernos silos encomendados à empresa gaúcha `Kepler Weber`. Prevê-se, no âmbito desse empreendimento, o início de uma ampla operação de comercialização de grãos, sobretudo para os mercados da CEDEAO.